



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD
EDITAL DE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 09/2019 – SEMEC/CT**

1 – PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Silva Jardim torna pública para conhecimento dos interessados que a Equipe de Pregão, constituída pela Portaria Nº **1300/2018** – Gabinete da Prefeita, fará realizar uma licitação por Pregão, na forma Presencial, em decorrência da autorização da Exma. Sra. Prefeita em observância as cláusulas dispostas neste Edital.

Processo nº 210/19

TIPO: Menor Preço Global

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 04 de abril de 2019

HORÁRIO DE INÍCIO: 10:00h

LOCAL: Setor de Licitação, sito à Pça. Amaral Peixoto, 46 – Centro, Silva Jardim-RJ

LEGISLAÇÃO PERTINENTE: A presente licitação será regida pelas normas da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como do Decreto nº 1571 de 12 de setembro de 2013, Decreto 1146 de 15 de maio de 2009, Decreto 1326 de 1 de julho de 2011, Decreto nº 1338 de 18 de agosto de 2011, Decreto nº 1727 de 16 de março de 2015, Decreto nº 1807 de 28 de março de 2016, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8666/93 e pelo Capítulo V, Seção Única, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei complementar 68 de 23 de dezembro de 2009 observadas as alterações introduzidas nos referidos diplomas legais, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

O PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL a que se refere este Edital poderá ser adiado ou revogado por interesse público, ou anulado, nos termos da Lei, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização, por esses fatos, de acordo com o disposto no art. 49 da Lei nº 8666/93.

Os interessados poderão retirar o Edital, contendo todas as especificações, bem como obter esclarecimentos e dirimir dúvidas quanto às disposições, até o dia anterior à data de recebimento da documentação de habilitação e das propostas financeiras no setor de licitação localizado no endereço citado acima, no horário das **13:00h às 16:00h**.

ANEXOS DO EDITAL:

1.1 – Constituem anexos ao presente Edital e dele fazem parte integrante:

-Anexo I (Modelo de Proposta Comercial)

-Anexo II (Termo de Referência/Valor Máximo)

-Anexo III (Calendário)

-Anexo IV (Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e sobre fatos impeditivos)*

-Anexo V (Termo de credenciamento)*

Anexo VI (Declaração de ME ou EPP)*

-Anexo VII (Declaração de não Empregar Menor)*

-Anexo VIII (Minuta de Contrato)



ATENÇÃO: *Os anexos IV, V e VI seguem junto à credencial e o anexo VII junto à habilitação

2 – DO OBJETO

2.1 – **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte rodoviário dos alunos universitários deste Município, monitorado por Sistema de Posicionamento Global (GPS), via satélite e/ou via GSM (Sistema Global para Comunicações Móveis) /GPRS (Serviço de Rádio de Pacote Geral), conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo II, parte integrante e inseparável deste edital independente de transcrição.**

3- PRAZO/ FORMA/ LOCAL DE EXECUÇÃO/ RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1 – Local/Forma de execução: De segunda à sexta-feira, conforme Anexos II e III.

3.2 – Em caso de necessidade de mudança de rota, devido a acidentes, obras no trânsito e desastres ambientais, será de responsabilidade da empresa quando for ultrapassado até 3 (três) quilômetros do roteiro acordado. Caso o limite de 3 (três) quilômetros seja ultrapassado será de responsabilidade desta municipalidade. Após informação da empresa que houve desvio de rota, a SEMEC/CT confirmará com o monitor e solicitará o mapa para comprovação.

3.3 – Os cursistas utilizarão o mesmo ônibus dos universitários, adequando-se aos horários e trajetos dos mesmos, em havendo vaga.

3.4 – O início dos serviços será após a assinatura do contrato.

3.5 – O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do mesmo, **podendo ser prorrogado por igual período conforme art. 57 da Lei 8666/93 e alterações.**

3.6-Do recebimento do objeto:

3.6.1 – O recebimento do objeto caberá a SEMEC/CT, nos termos do art. 73, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6.2 – O recebimento definitivo do objeto será efetuado pela SEMEC/CT, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas.

3.6.3 – O aceite/aprovação dos produtos e serviços pela SEMEC/CT não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade ou qualidade do(s) material(is) ou disparidades com as especificações estabelecidas.

3.6.4 – Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da SEMEC/CT, no prazo máximo de 06 (seis) horas, contadas da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 06 (seis) horas, contado da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



4.1 – Poderão participar deste pregão quaisquer empresas que:

- 4.1.1 – atenderem todas as exigências inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus anexos;
- 4.1.2 – detenham atividades pertinentes e compatíveis ao objeto deste Pregão.
- 4.1.3 – atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;
- 4.1.4 – comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.
- 4.1.5 – A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital.

4.2 – Não poderão concorrer neste pregão as empresas:

- 4.2.1 – Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Pública Municipal direta ou indireta Municipal, nos termos do inciso III do art 87 da lei 8.666/93;
- 4.2.2 – Não será admitida a participação de licitantes já incurso na pena do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.
- 4.2.3 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de Pessoas Físicas ou Jurídicas.
- 4.2.4 – Não será permitida a participação em consórcio ou grupo de empresas.
- 4.2.5 – Não será permitida a participação de licitantes que se enquadrem no art. 9 da Lei 8.666/93.

5 – DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

- 5.1 – O preço global estimado pela Administração, para a aquisição do objeto deste pregão, é de **R\$ 1.775.000,00 (Um milhão setecentos e setenta e cinco mil reais)** aproximados, conforme disposto no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II – deste edital.
- 5.2 – O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 65, §§1º e 2º, da Lei 8.666/93.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da Dotação Orçamentária nº **08.01.12.362.0010.2.023-3.3.90.39.00 – SEMEC/CT.**

7- DO REAJUSTAMENTO

- 7.1- Os preços que vierem a ser pactuados, por decorrência desta licitação, serão fixos e irajustáveis pelo período de 01 (um) ano.
 - 7.1.1 – No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 7.2- Inexiste a possibilidade de adoção, pelas partes, de qualquer espécie de atualização financeira.



8- FATURAMENTO

8.1 – A fatura será expedida para rigorosa conferência e posterior atestado por no mínimo **03 (três)** funcionários da SEMEC/CT.

9 - FORMA DE PAGAMENTO

9.1– O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com quilômetros rodados, conforme Nota Fiscal, devidamente atestada por 03 (três) funcionários da SEMEC/CT.

9.1.1 - Os pagamentos serão autorizados pela CONTRATANTE com base nos relatórios do Sistema de Posicionamento Global (GPS). Este relatório deverá ser mensalmente anexado na Nota Fiscal e os quilômetros registrados/apontados devem estar em conformidade com os do Relatório do Sistema de GPS. Qualquer diferença entre os quilômetros apontados na Nota Fiscal e o registrado no relatório será pago o menor. A quilometragem registrada no GPS deverá ser idêntica aos quilômetros apontados nas planilhas apresentadas por esta Administração, qualquer quantidade menor ou maior deverá ser previamente autorizada pela CONTRATANTE.

9.2- A licitante contratada deverá apresentar a documentação para cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

9.3- O pagamento será efetuado pela PMSJ até o 30º (trigésimo) dia corrido, após entrega e respectiva Nota Fiscal, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta-corrente da contratada.

9.4– Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal n.º 4.320/64, obedecido ao disposto no art. 73 da Lei Federal n.º 8.666/93.

9.5- Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PMSJ, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

9.6- O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da Exma. Sr. Prefeita, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao mesmo.

9.7- Caso a PMSJ efetue o pagamento devido à CONTRATADA em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

9.8 –No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

10 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

10.1 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.1 – Prestar os serviços conforme as especificações estabelecidas e obrigações assumidas, com motorista habilitado com categoria D, fornecendo o combustível e arcando com as despesas de pedágios, quando houver.

10.1.2 – Cumprir rigorosamente o Código Civil e as Normas Técnicas da ABNT.

10.1.3 – Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;

10.1.4 – Aceitar acréscimos ou supressões do objeto do edital nos limites fixados no art.65 §§1º e 2º, da Lei 8.666/93.

10.1.5 – Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que julgar



exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na Execução do Objeto.

10.1.6 – Todos os veículos deverão atender as normas e condições exigidas pelo CONTRAN na resolução nº 168 e para transporte escolar, inclusive seguro obrigatório e APP e estar com IPVA em dia. Possuir cintos de segurança, boas condições e registradores de velocidades (tacógrafo).

10.1.6.1 - Toda frota de veículos deverá estar devidamente equipada com equipamentos eletrônicos que permitam rastreamento/monitoramento via GPS e/ou via GSM/GPRS, em tempo real.

10.1.7 – Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores. O ressarcimento será realizado imediatamente após o recebimento da notificação da fiscalização, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber, limitado ao valor do contrato entre as partes;

10.1.8 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.1.9 – Substituir, sob pena de aplicação de penalidades, o objeto entregue que apresentar em qualquer momento irregularidade que comprometa sua utilização, qualidade, ou ainda lhe diminua o valor.

10.1.10 – Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto.

10.1.11 – Efetuar manutenções preventivas e corretivas dos veículos.

10.1.12 – Em caso de defeitos, proceder aos reparos imediatamente, não sendo possível, substituir o veículo em até 6 (seis) horas.

10.1.13 – Apresentar os veículos para vistoria na SEMTRAN sito à Rodoviária Arão Lopes da Cunha – Centro – Silva Jardim, em horário a ser marcado pela SEMTRAN em até 03 (três) dias corridos após assinatura do contrato.

10.1.14 – Apresentar planilha de custos com base na Tabela GEIPOT.

10.1.15 – Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo, durante todo prazo de execução contratual.

10.2 – **DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DA CONTRATADA – SANÇÕES**

10.2.1 – Enviar à secretaria correspondente a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no prazo de 48 horas após a assinatura do presente contrato;

10.2.2 – Enviar à secretaria correspondente a comprovação de recolhimento do FGTS de cada empregado do contratado até o dia 10 de cada mês;

10.2.3 – Enviar à secretaria correspondente a comprovação de recolhimento da contribuição previdenciária de todos os empregados do contratado até o dia 30 de cada mês;

10.2.4 – Enviar à secretaria correspondente as folhas de registro do horário de todos os empregados do contratado até o dia 30 de cada mês, devendo ser observado que as mesmas não poderão conter horários uniformes, chamados de ponto britânico, nos termos da Súmula nº 338 do TST;

10.2.5 - Enviar à secretaria correspondente os contracheques, mensalmente, de todos os empregados do contratado.

10.2.6 - Manter tempestivos o pagamento dos encargos trabalhistas de todos os empregados, inclusive no que tange às normas de medicina e segurança do trabalho, com a devida entrega de equipamentos de proteção individual, caso necessário.



10.2.7 - Com o não cumprimento pelo contratado ao disposto nesta cláusula, restarão configuradas as infrações previstas nas alíneas d) e g) e inciso V do Art.5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sendo o contratado sancionado com multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida com a mão de obra utilizada de seus empregados e consequente inadimplemento das obrigações trabalhistas decorrentes, quando for possível sua estimação.

10.2.8 - Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

10.2.9 - Além da multa supracitada, o não atendimento das obrigações prevista nesta cláusula constituirá a RESCISÃO UNILATERAL do presente contrato, nos termos do Art. 78, I e Art., 79, I de Lei nº 8.666/93.

10.2.10 - Por ser considerado ato ilícito, o contratante poderá, ainda, suspender a participação do contratado em licitação e impedir o mesmo de celebrar contrato com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos e, ainda, emitir declaração de inidoneidade para o contratado licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de eventual ação trabalhista em que o Município seja condenado seja, solidariamente, seja de forma subsidiária em relação aos créditos trabalhistas, nos termos do Art. 87, III e Art. 88, II e III da Lei nº 8.666/93.

10.2.11 - Para otimização e economia de papel, o contratado poderá enviar a documentação exigida via correio eletrônico para o *e-mail* da secretaria correspondente.

10.2.12 - As presentes sanções serão aplicadas sem prejuízo das existentes na cláusula específica sancionatória.

10.3- **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.3.1 – Solicitar, na data da abertura dos envelopes da presente licitação e se julgar necessária, a presença de servidor da SEMEC/CT.

10.3.2 – Proporcionar todas as facilidades para a contratada executar o objeto, inclusive fornecendo todo tipo de informação interna essencial à execução, permitindo o acesso dos profissionais da contratada às suas dependências. Estes profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da contratante, principalmente as de segurança, inclusive àquelas referentes à identificação, trajés, trânsito e permanência em suas dependências.

10.3.3 – Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

10.3.4 – Fiscalização sob o aspecto quantitativo e qualitativo. SEMEC/CT – Quanto à efetiva prestação de serviço. SEMTRAN – Quanto à verificação de aspectos técnicos e legais;

10.3.5 – Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

10.3.6 – Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.

10.3.7 – Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Edital.



11- DO CREDENCIAMENTO

11.1- As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do pregão por seu representante legal, munido de sua **Cópia da Carteira de identidade (acompanhada de original ou autenticada em cartório) e do documento credencial** que lhe dê poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos, bem como praticar os demais atos pertinentes ao certame.

11.1.1- A documentação mencionada acima deverá ser entregue ao Pregoeiro fora de qualquer envelope, no momento do início da sessão.

11.1.2- Entende-se por documento credencial:

- a) **estatuto/contrato social**, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) **procuração ou documento equivalente** da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste pregão, **junto ao estatuto/contrato social**, identificando/qualificando a pessoa que assina o documento.

11.1.3- As sociedades anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembleia geral ou da reunião de conselho da administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

11.1.4- As licitantes poderão apresentar apenas um representante ou procurador, para o bom andamento da sessão pública.

11.1.5- É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

11.1.6- Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos de credenciamento. A ausência desta documentação implicará impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

11.1.7 – Microempresas e empresas de pequeno porte

11.1.7.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar, **fora dos envelopes**, declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º, do art. 3º, da referida Lei (**ANEXO VI**).

11.1.7.2 – Os documentos apresentados para o credenciamento deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em cópia junto ao seu original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou com firma reconhecida, quando for o caso, ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. A exibição do documento original ao Pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

12- DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA COMERCIAL

12.1- No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, a comissão de pregão prestará os esclarecimentos sobre a condução do certame aos interessados ou seus representantes que:



12.1.1- apresentarão, **de forma avulsa, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do Anexo IV**, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520, de 17.07.02, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados abaixo (proposta comercial e habilitação);

12.1.2- entregarão em envelopes distintos “A” e “B” fechados e indevassáveis, nos termos abaixo, a proposta comercial e os documentos exigidos para a habilitação, respectivamente, constando na parte externa a razão social e o endereço da proponente.

12.1.2.1- **No envelope contendo a proposta comercial:**

**ENVELOPE “A”
“PROPOSTA COMERCIAL”
PREGÃO Nº 09/2019
NOME E ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE**

12.1.2.2- **No envelope contendo a documentação:**

**ENVELOPE “B”
“DOCUMENTAÇÃO”
PREGÃO Nº 09/2019
NOME E ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE**

12.1.2.3- Os dois envelopes deverão estar endereçados na maneira exposta a seguir, sob pena de não serem aceitos pela Comissão:

À Prefeitura Municipal de Silva Jardim;
A/C do Pregoeiro
Praça Amaral Peixoto, nº46- Centro- Silva Jardim/RJ

12.2- Após o início da sessão e entrega dos envelopes das licitantes presentes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

12.3- Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa a agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.

12.4- Após a fase de credenciamento das licitantes, o Pregoeiro procederá a abertura das propostas comerciais, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas.

12.5- No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.



13- DA PROPOSTA COMERCIAL

13.1 – **Somente será aceita a Proposta Financeira que estiver preenchida em impresso original com o logotipo da Empresa contendo todas as informações solicitadas, conforme no impresso padronizado fornecido pela Administração (Anexo I).**

13.2- A Proposta Financeira deverá ser representada em envelope fechado e indevassável, contendo, exatamente, elementos que permitam a identificação da licitante e da presente licitação, vedado o recebimento do envelope fora da reunião;

13.3- O envelope “A”, com o título “PROPOSTA COMERCIAL”, deverá conter:

13.3.1- a proposta comercial da licitante, em conformidade com o Anexo I, junto à planilha de detalhamento dos custos (Tabela GEPOIT), devidamente preenchida, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e na proposta deverão constar:

- a) identificação social, número do CNPJ, carimbo da empresa, assinatura da proponente, referência a esta licitação, número de telefone/fax, endereço, dados bancários e data;
- b) indicação do prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao Pregoeiro;
- c) declaração da licitante de que no valor ofertado estão incluídas todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e demais pertinentes ao objeto da licitação.
- d) Os valores em reais especificados em algarismos.
- e) descrição clara e detalhada dos itens cotados, inclusive as marcas e/ou referências dos mesmos, de acordo com as especificações do Anexo I.

13.4- As propostas deverão ser formuladas com base neste Edital.

13.5 - Após a apresentação da Proposta de Preços, não mais caberá desistência do valor proposto ou dos lances ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, sujeitando-se a Proponente às sanções legais.

13.6 - Não serão aceitas propostas com emendas, ressalvas ou rasuras de qualquer tipo.

13.7- A Proposta será obrigatoriamente assinada pelo representante legal ou sócio proprietário.

13.8- As propostas comerciais que atenderem aos requisitos desta licitação serão verificadas pelo pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

- a) se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- b) se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;
- c) se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;
- d) caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

13.9 – As proponentes arcarão com todas as despesas relativas à apresentação das suas propostas. A PMSJ, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos no pregão ou os seus resultados.

14- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1- Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**.

14.2 - Os procedimentos deste PREGÃO serão conduzidos pelo Pregoeiro, seguindo a legislação vigente.



14.3 - Verificada a regularidade formal dos envelopes em atendimento a exigência dos **Item 12**, o Pregoeiro procederá a abertura dos envelopes das propostas de preços, que serão rubricados e analisados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Em seguida, será dada vista das propostas aos representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro.

14.4 - A proposta de preços será verificada, quanto ao atendimento das condições aqui expressas, sendo **desclassificada** aquela que estiver em desacordo com qualquer exigência disposta neste Edital e seus ANEXOS, contiver vícios, quer por omissão e/ou irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não forem passíveis de saneamento na própria sessão, ou, apresentado com preço excessivo em relação ao estabelecido pelo Município ou for manifestamente inexecutável, assim considerada aquela que não venha a ter demonstrado sua viabilidade, através de documentos do licitante, que comprovem que os custos de insumos são coerentes com os do mercado.

14.4.1 – Caso haja preços considerados aparentemente inexecutáveis, os licitantes deverão apresentar sua exequibilidade.

14.5 – Ofertas ou vantagens não previstas serão desconsideradas.

14.6 - Serão classificados pelo Pregoeiro o autor da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço, podendo ser classificadas todas as demais, se for o caso, a critério do Pregoeiro.

14.7 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item **14.6** o Pregoeiro proclamará a classificação preliminar dos licitantes com as três melhores propostas, que poderão participar dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos, podendo ser classificadas todas as demais, se for o caso, a critério do Pregoeiro.

14.8 - Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior preço.

14.9 - Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

14.10 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, na forma dos itens **14.6** e **14.7**, a apresentar os lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor.

14.11 - O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para a fase de formulação de lances verbais, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

14.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido primeiro.

14.13 - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará à exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de reordenação da classificação.

14.14 - A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste edital.

14.15 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes classificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

14.16 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, caberá ao Pregoeiro examinar a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente.

14.17- Em caso de licitação julgada pelo MENOR PREÇO POR LOTE ou MENOR



PREÇO GLOBAL, a licitante vencedora deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da declaração do vencedor.

14.18 - Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação, para confirmação das suas condições de habilitação.

14.19 - A licitante classificada em primeiro lugar poderá ser instada pelo pregoeiro a apresentar amostra do produto cotado, para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da sua notificação.

14.19.1 - A amostra será analisada por representante da SEMEC/CT, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada, devendo a mesma permanecer na SEMEC/CT até a entrega definitiva dos produtos.

14.19.2 - A proposta da licitante será desclassificada no caso da amostra ser reprovada, devendo a mesma ser notificada, para ciência do laudo e retirada da amostra respectiva.

14.19.3 - A desclassificação da proposta, na forma prevista no subitem anterior, acarretará o conseqüente chamamento do segundo colocado, no item correspondente, adotando-se os mesmos procedimentos em relação à amostra.

14.20 - Caso a licitante vencedora desatenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de habilitação, até que um licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

14.21 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada em ata.

14.22- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes.

14.23- Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.- Microempresas e empresas de pequeno porte

15.1- A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no §3º do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

15.2- Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.



16- DA ABRANGÊNCIA DOS PREÇOS PROPOSTOS

16.1 - Os preços propostos pela CONTRATADA devem abranger o pagamento de todas as obrigações a seu cargo, bem como:

- a) Os encargos fiscais eventualmente incidentes ou que venham incidir sobre o objeto deste;
- b) Todas e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, necessárias para dar exato cumprimento ao presente contrato;
- c) Danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato conforme Art. 70 Caput da Lei 8666/93.

17- DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

17.1 - DO ENVELOPE "B" - DA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se na presente licitação, o licitante deverá apresentar, no envelope supracitado, devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste edital, a seguinte documentação e na forma estabelecida:

17.1.1 – Habilitação Jurídica:

- a) Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária; registro no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, em forma consolidada, ou acompanhado de suas alterações, tudo devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhados, ainda, de documento de eleições de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da composição da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

17.1.2 – Qualificação econômico-financeira:

- a) A Prova de capital social integralizado ou de patrimônio líquido no mínimo de 10 % (dez por cento) sobre o valor a ser contratado, na forma prevista pelos parágrafos 2º e 3º do Art. 31 da Lei Federal nº. 8666/1993.
- b) Balanço patrimonial, conforme índice e demonstrativo do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
 - b.1) As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou.
 - b.2) As peças contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contabilista responsável, este último com seu respectivo registro.
 - b.3) As demonstrações contábeis e o balanço patrimonial deverão estar acompanhados do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário do exercício apresentado,



devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.

c) Do balanço serão avaliados os seguintes indicadores:

c.1) Liquidez Corrente (LC) igual ou superior a 1,00 (um), obtida pela fórmula **LC=AC/PC**

c.2) Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,00 (um), obtida pela fórmula: **LG=(AC+RLP) / (PC+ELP)**

c.3) Índice Geral de Endividamento (IGE) inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula **IGE=PC+ELP / AC+RLP+AP**, onde os elementos financeiros serão extraídos do balanço, assim definidos:

AC – Ativo circulante

PC – Passivo Circulante

ELP – Exigível a Longo Prazos

RLP – Realizável a Longo Prazo

AP – Ativo Permanente

b.3) Será autorizada a apresentação da documentação deste capítulo na forma do Decreto Federal nº. 6022/2007 (SPED);

d) Certidões negativas dos cartórios distribuidores da sede do licitante, referentes à falência ou concordata, em se tratando de pessoa jurídica devidamente autenticada;

e) Declaração oficial da Comarca de sua Sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios que controlam a distribuição de falência e concordatas, objetivando a comprovação da veracidade da Certidão Negativa de Falência e de Concordata (cópia autenticada em cartório ou acompanhada de original).

17.1.3 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, da sede do licitante;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais;

d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Declaração do licitante nos termos do modelo que integra o Anexo VII deste edital, de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos na forma do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal 8666/1993 regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.358/2002;

f) Inscrição Estadual ou Municipal pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

g) Certidão Negativa de ICMS;

h) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado.

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma da Lei Federal nº 12440/2011.



- j) Certificado de Registro de Empresa no DETRO/RJ para fretamento;
- l) Certificado de *Registro* para Fretamento – CRF da ANTT;

17.1.3.1 – Microempresas e empresas de pequeno porte:

17.1.3.1.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do Art. 43 da Lei Complementar Federal nº. 123/2006;

17.1.3.1.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados no momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

17.1.3.1.3 – A falta de regularização no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei Federal nº. 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

17.1.4 – Qualificação Técnica:

14.1.4.1 - Apresentar ao menos 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual deverá comprovar a efetiva execução pela empresa dos serviços de características semelhantes ao objeto descrito no presente Edital.

17.1.4.1.2 – A licitante deverá disponibilizar, juntamente, a cópia do contrato ou outro documento congênere previsto em lei, que originou o atestado.

17.1.5 – Das Disposições da Documentação:

17.1.5.1 – Os documentos exigidos no ENVELOPE “B” – DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do Art. 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93, e todas as folhas deverão estar rubricadas pelo representante legal do licitante.

17.1.5.2 – Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

17.1.5.3 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser específicos da matriz ou filial da empresa licitante. Não serão aceitos documentos emitidos parte pela matriz e parte pela filial, com exceção da prevista em lei.

17.1.5.4 – Todos os documentos comprobatórios exigidos para a habilitação deverão estar em plena validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de habilitação das licitantes.

17.1.5.5 – As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse



prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

17.1.5.6 – Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no presente edital e seus anexos.

17.1.5.7 – É desejável que os documentos sejam apresentados na ordem descrita no Edital.

17.1.5.8 – O ENVELOPE “B” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO dos eventuais 2º (segundo) e 3º (terceiro) colocados ficará acautelado no setor de licitações pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da finalização do Certame. Transcorrido o prazo, os licitantes terão o prazo de 15 (quinze) dias para retirada dos envelopes, expirado o prazo, serão destruídos.

18- DOS RECURSOS

18.1- Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese de suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis de acordo com o Art. 4º- XVIII da Lei 10.520/02, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo de recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.2- A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

18.3- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.4- Os itens para os quais não for interposto recurso serão desde logo adjudicados.

18.5- Os recursos contra decisões do Pregoeiro serão dirigidos ao Chefe do Executivo Municipal, por intermédio do Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou fazê-lo subir, devidamente informado, caso não reforme sua decisão, à Autoridade competente para exame e decisão.

18.6 - Julgados os recursos, será(ão) classificado(s) o(s) licitante(s) vencedor(es) e homologado o certame.

18.7 - O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no órgão Oficial do Município ou comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

19- DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1 - O julgamento será reduzido a termo, com a transcrição do relatório e conclusões do Pregoeiro, indicando os licitantes desclassificados; os classificados e o licitante vencedor, bem como os fundamentos e motivos da escolha, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, promovendo a adjudicação do objeto ora licitado, na forma estabelecida no art. 4º, inc. XX da lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

19.2 - Decidido os recursos poderá a autoridade competente adjudicar o objeto ora licitado, na forma estabelecida no art. 4º, inc. XXI da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

19.3- A Exma. Sra. Prefeita homologará o resultado da presente licitação e autorizará a emissão da Nota de Empenho a favor da adjudicatária.

20- DO CONTRATO

20.1- Será celebrado contrato com a licitante vencedora, nos termos da minuta constante do **ANEXO VIII** deste edital. A licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias para



comparecimento, a contar da convocação;

20.2- Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte. Durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

20.3- Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

20.4- Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação consignadas neste edital.

20.5- O prazo vertente do contrato poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, devidamente autuado em processo.

20.6- Caso a licitante vencedora descumpra o estabelecido neste item, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades cabíveis no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

20.7- No caso do subitem anterior, serão convocadas por ordem de classificação as demais licitantes, para, após ser feita a nova negociação, comprovar os requisitos de habilitação, assinar o contrato.

20.8 – Será vedada a cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

20.9 - Se a Licitante classificada em primeiro lugar, injustificadamente, não atender a convocação de que trata o sub item 20.1 recusando-se a assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades cabíveis nos art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93;

21 - INSTRUÇÕES GERAIS

21.1 - O Município fornecerá aos Licitantes, além do Edital e seus anexos, todos os elementos que, a seu critério, sejam considerados indispensáveis à plena execução do fornecimento.

22- INSTRUÇÕES PARA AQUISIÇÃO DO EDITAL

22.1 – Os interessados em adquirir o presente Edital deverão dirigir-se à Sala da Comissão Permanente de Licitação deste Município, sito à Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro, Silva Jardim – RJ, onde lhes será entregue a cópia do Edital, no horário de 13:00h às 16:30h, pelo site www.silvajardim.rj.gov.br ou pelo e-mail pmsj.licitacao@gmail.com

22.2 – Quaisquer informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone/fax: (22) 2668.1118, de 13:00h às 16:30h.

23– DA ANULAÇÃO

23.1 - O Município poderá revogar ou anular a presente Licitação nos termos do Art. 49, da Lei nº 8.666/93, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que não atendam as condições estabelecidas neste Edital.

24 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 – No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, a PMSJ,



sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:

24.1.1 – Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de prestação dos serviços, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

24.1.2 – Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

24.2 – As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a PMSJ rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

24.3 – As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93.

24.4 – A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da PMSJ de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.5 – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

25- DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 - Nenhuma informação verbal oferecida pela PMSJ, em caráter presencial ou por telefone, será interpretada como alteração ou flexibilização, total ou parcial, de qualquer disposição contida neste Edital.

25.2 - É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

25.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

25.4 - A participação de qualquer empresa nesta Licitação, implica na aceitação de todas as cláusulas contratuais do presente Edital.

25.5 – Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato que impeça a realização da sessão pública de abertura de envelopes e/ou disputa de lances verbais no dia previsto, a reunião será adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido previamente.

25.6 – Em conformidade com a Lei nº 8.666/93, a PMSJ, caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação, sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, através de despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a



assinatura do “Termo de Contrato”, sem que caiba a mesma direito a indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis assegurando o contraditório a ampla defesa

25.7 – Este Edital, com seus anexos, passará a fazer parte do Contrato, como se nele estivesse transcrito.

25.8 – O presente Edital e seus anexos foram submetidos previamente ao exame da Procuradoria Jurídica deste Município.

25.9 – As impugnações interpostas deverão ser entregues, com a identificação do impetrante, no Serviço de Protocolo da PMSJ, sito à Pça. Amaral Peixoto, 46 - Centro, Silva Jardim-RJ das 08:00h às 16:00h , diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, e serão dirigidas á CPL, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das proposta.

25.9.1 – As empresas licitantes deverão juntar ao processo de impugnação,

a) Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, em forma consolidada, ou acompanhado de suas alterações, tudo devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações ou cooperativas, acompanhados, ainda, de documento de eleições de seus administradores.

b) Cópia de documento de identidade do(s) sócio(s)-administrador(es)

25.9.1.1 – Caso a empresa venha a ser representada por meio de preposto, deverá ser juntado ainda ato de investidura assinado pelo sócio-administrador credenciando o representante e lhe conferindo poderes para representar a empresa, acompanhado de documento de identidade do preposto.

25.9.2 – Toda a documentação deve estar autenticada por cartório competente, ou deverá estar acompanhada dos originais para autenticação por servidor do setor de protocolo.

25.10 – Na sessão pública do Pregão, os casos omissos serão resolvidos, pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

25.11 – O foro competente será o da comarca local.

Silva Jardim, xx de xxxxxxxx de 2019.

Secretário Municipal de Administração
Hugo Thiengo Kreischer
Mat. 5579/4



ANEXO I
PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 09/2019 –SEMEC/CT
Modelo de Proposta Comercial
Itens para Proposta Detalhada

A firma abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo II, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Firma Proponente: _____

Endereço: _____ Cidade: _____

Estado: _____ CEP: _____ TEL: _____

E-mail: _____

CNPJ: _____ Insc. Estadual: _____

Insc. Municipal: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, PARA AS SEGUINTE ROTAS:						
1	01 (um) ônibus rodoviário, com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, ar condicionado e banheiro, saindo às 05:00 horas da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em Niterói: Anhanguera, Universo, Maria Tereza, UNILASALLE e UFF, com chegada às 06:50 horas e retorno às 14:00 horas (De 2ª a 6ª), perfazendo um total de 220 km/dia.	KM	44.000			
2	01 (um) ônibus rodoviário, com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, ar condicionado e banheiro, saindo às 16:30 horas da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em São Gonçalo: Paraíso, Universo, Estácio e UERJ, com chegada às 18:30 horas e retorno às 00:00 horas (De 2ª a 6ª), perfazendo um total de 200 km/dia.	KM	40.000			
3	03 (três) ônibus rodoviários, com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, ar condicionado e banheiro, saindo às 16:00 horas da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em Niterói: Universo, Anhanguera, UNILASALLE, Estácio de Sá, UFF e Maria Tereza, com chegada às 18:00 horas e retorno às 00:00 horas (De 2ª a 6ª), perfazendo um total de 220 km/dia.	KM	132.000			
					TOTAL	

1 – PREÇO GLOBAL ESTIMADO

1.1 – O preço global ofertado é R\$ _____ (por extenso)



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação
Pç. Amaral Peixoto, 46 - Centro - Silva Jardim - RJ - CEP. 28.820-000
Telefax.: (22) 2668-1118 - CNPJ. N° 28.741.098/0001-57
Home page <http://www.silvajardim.rj.gov.br> E-mail pmsj.licitacao@gmail.com

Prefeitura Municipal de Silva Jardim

Processo nº 210/2019

Rubrica _____ Fls.: _____

1.2 – O preço ofertado inclui todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e demais pertinentes ao objeto da licitação.

1.3 – O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

Dados bancários:

Banco:

Conta corrente:

Agência:

Obs.: Atender as condições do item 12.

_____, _____ de _____ de 2019.

(local e data)

assinar e carimbar (Carimbo da empresa)



ANEXO II
PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 09/2019 –SEMEC/CT
TERMO DE REFERÊNCIA/VALOR MÁXIMO

1 – OBJETO:

1.1 – **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte rodoviário dos alunos universitários deste Município, monitorado por Sistema de Posicionamento Global (GPS), via satélite e/ou via GSM (Sistema Global para Comunicações Móveis) /GPRS (Serviço de Rádio de Pacote Geral).**

2 – ESPECIFICAÇÕES E PREÇO ESTIMADO:

2.1 – Especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PR. FIXA-DO	PR. TOTAL
	TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, PARA AS SEGUINTE ROTAS:				
1	01 (um) ônibus rodoviário, com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, ar condicionado e banheiro, saindo às 05:00 horas da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em Niterói: Ananguera, Universo, Maria Tereza, UNILASALLE e UFF, com chegada às 06:50 horas e retorno às 14:00 horas (De 2ª a 6ª), perfazendo um total de 220 km/dia.	KM	44.000	8,21	361.240,00
2	01 (um) ônibus rodoviário, com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, ar condicionado e banheiro, saindo às 16:30 horas da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em São Gonçalo: Paraíso, Universo, Estácio e UERJ, com chegada às 18:30 horas e retorno às 00:00 horas (De 2ª a 6ª), perfazendo um total de 200 km/dia.	KM	40.000	8,24	329.600,00
3	03 (três) ônibus rodoviários, com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, ar condicionado e banheiro, saindo às 16:00 horas da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em Niterói: Universo, Ananguera, UNILASALLE, Estácio de Sá, UFF e Maria Tereza, com chegada às 18:00 horas e retorno às 00:00 horas (De 2ª a 6ª), perfazendo um total de 220 km/dia.	KM	132.000	8,21	1.083.720,00
				TOTAL	1.774.560,00

2.2 – O preço global estimado pela Administração, para a aquisição do objeto deste pregão, é de **R\$ 1.774.560,00 (Um milhão setecentos e setenta e quatro mil e quinhentos e sessenta reais).**

2.3 – O Objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 65 §§1º e 2º da Lei nº8.666/93.

3 – PRAZO

3.1 – Os serviços serão prestados por um período de 12 (doze) meses, conforme calendário escolar universitário (Anexo III), de segunda à sexta, conforme Especificações



Técnicas (Anexo A) deste Termo de Referência.

4 – DA EXECUÇÃO

4.1 – Conforme locais de execução, quantitativos e roteiros constantes no anexo deste Termo de referência.

4.2 – Toda frota de veículos deverá estar devidamente equipada com equipamentos eletrônicos que permitam rastreamento/monitoramento via GPS e/ou via GSM/GPRS, em tempo real;

4.3 – Os pagamentos serão autorizados pela CONTRATANTE com base nos relatórios do Sistema de Posicionamento Global (GPS). Este relatório deverá ser mensalmente anexado na Nota Fiscal e os quilômetros registrados/apontados devem estar em conformidade com os do Relatório do Sistema de GPS. Qualquer diferença entre os quilômetros apontados na Nota Fiscal e o registrado no relatório será pago o menor. A quilometragem registrada no GPS deverá ser idêntica aos quilômetros apontados nas planilhas apresentadas por esta Administração, qualquer quantidade menor ou maior deverá ser previamente autorizada pela CONTRATANTE.

4.4 – A contratada deverá disponibilizar (02) duas senhas de acesso ao sistema de rastreamento/monitoramento, para acompanhamento e fiscalização dos serviços durante a sua execução, observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) Permitir acessibilidade por meio dos principais navegadores de internet e dispositivos móveis;
- b) Demonstrar controlador de velocidade: possibilitando a contratante observar quantas vezes e por quanto o condutor excedeu a velocidade;
- c) Demonstrar trajeto percorrido com quilometragem, início e final do serviço diário prestado;
- d) Armazenamento das informações por pelo menos 60 (sessenta) dias;
- e) Permitir relatórios gerenciais com históricos de trajetos diário, semanal ou mensal, por veículo objeto da prestação do serviço.

Secretário Municipal de Administração
Hugo Thiengo Kreisler
Mat. 5579/4



Especificações técnicas

CONDIÇÕES REFERENTES AO MEMORANDO Nº 20/19 – SEMEC/CT

OBJETO: 01 (UMA) empresa de ônibus, para transportar os alunos universitários às Universidades:

LEI: Nº 8.666/93 e 8.883/94.

EXECUÇÃO: Por tempo determinado.

MEDIÇÃO: Dia trabalhado.

PRAZO: 12(doze) meses.

INÍCIO DOS SERVIÇOS: A partir da Ordem de Execução.

PENALIDADES: Multa fixada em 30% (trinta por cento) do valor da despesa;
Prevista no capítulo IV, seção II e III.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

➤ 01 (UM) Ônibus Rodoviário com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, com ar-condicionado, saindo da Praça Amaral Peixoto, para transportar os alunos universitários às Universidades, em Niterói: UNIVERSO, Maria Tereza, UFF, Unilasalle e Anhanguera, conforme dias e horários especificados abaixo:

- De 2ª a 6ª: Saída às 05:00h e Retorno às 14:00h.

➤ 01 (UM) Ônibus Rodoviário com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, com ar-condicionado e banheiro, para transportar os alunos universitários à Faculdade Paraíso, Universo, Estácio e UERJ em São Gonçalo- RJ, com saída da Praça Amaral Peixoto, conforme dias e horários especificados abaixo:

- De 2ª a 6ª: Saída às 16:30h e Retorno às 00:00h.

➤ 03 (três) Ônibus Rodoviários, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, motor traseiro, com ar e banheiro, para transportar os alunos universitários às Universidades: UNIVERSO (Niterói), Anhanguera (Niterói), Unilasalle (Niterói), Estácio de Sá (Niterói), UFF e Maria Tereza (Niterói), com saída da Praça Amaral Peixoto, conforme dias e horários especificados abaixo:

- De 2ª a 6ª: Saída às 16:00h e Retorno às 00:00h.

- Motorista Habilitado com categoria D;
- Combustível e pedágio;
- Todos deverão atender as normas e condições exigidas pelo COMTRAN para transporte escolar (inclusive seguro obrigatório e PAPP);
- Observar as disposições da resolução nº 168 da COMTRAN;
- Deverão ser efetuadas manutenções preventivas e corretivas dos veículos;
- Em caso de defeitos proceder a reparos imediatamente, não sendo possível, substituir o veículo em até 06 (seis) horas.

OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA: Fiscalização da SEMEC/CT quanto à efetiva prestação de serviços e a SEMTRAN quanto à verificação de aspectos técnicos legais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA DESPESA: Lei nº 1745 de 06/07/2018, ART. 2º, Programa Apoio a Formação de Jovens e Adultos aos Ensinos Médio e Superior, Código 023.

PAGAMENTO: O pagamento será mensal, conforme dias trabalhados, após a emissão da nota fiscal atestada pela SEMEC/CT .

FORO: Comarca de Silva Jardim – RJ

Silva Jardim, 04 de janeiro de 2019.

Kátia Peixoto P. M. de Oliveira
Secretária Municipal de Educação,
Cultura, Ciência e Tecnologia



TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO - MEMO Nº 012/2018

Item	Especificação	Unid.	Quant.
1.1	01 (um) ônibus rodoviário, com poltronas reclináveis, com capacidade mínima para 48 (quarenta e oito) lugares, ar-condicionado e banheiro, para transportar os alunos universitários, saindo às 05:00h da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em Niterói: ANHANGUERA, UNIVERSO, M ^a TEREZA, UNILASALLE e UFF com chegada às 6:50h e retorno às 14:00h (De 2 ^a à 6 ^a) perfazendo um total de 220 km/dia.	KM	220 X 200 = 44.000
1.2	01 (um) ônibus rodoviário, com poltronas reclináveis, com capacidade mínima para 48 (quarenta e oito) lugares, ar-condicionado e banheiro, para transportar os alunos universitários, saindo às 16:30h da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em São Gonçalo: PARAISO, UNIVERSO, ESTÁCIO e UERJ com chegada às 18:30h e retorno às 00:00h (De 2 ^a à 6 ^a) perfazendo um total de 200 km/dia.	KM	200 X 200 = 40.000
1.3	03 (três) ônibus rodoviários com poltronas reclináveis, capacidade mínima para 48 (quarenta e oito) lugares, ar-condicionado e banheiro, para transportar os alunos universitários, saindo às 16:00h da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em Niterói: UNIVERSO, ANHANGUERA, UNILASALLE, ESTÁCIO DE SÁ, UFF e M ^a TEREZA com chegada às 18:00h e retorno às 00:00h (De 2 ^a à 6 ^a) perfazendo um total de 220 km/dia.	KM	660 X 200 = 132.000

Silva Jardim, 10 de Janeiro de 2019.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação
Pç. Amaral Peixoto, 46 - Centro - Silva Jardim - RJ - CEP. 28.820-000
Telefax.: (22) 2668-1118 - CNPJ. N° 28.741.098/0001-57
Home page <http://www.silvajardim.rj.gov.br> E-mail pmsj.licitacao@gmail.com

Prefeitura Municipal de Silva Jardim

Processo nº 210/2019

Rubrica _____ Fls.: _____

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E SOBRE FATOS IMPEDITIVOS

Pela presente, (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ – sediada no (endereço completo) _____, declara sob as penas da lei e para efeito de cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da lei federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital de Pregão Nº 09/2019.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Nome/ R.G. e assinatura do representante legal da licitante
Local e data



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação
Pç. Amaral Peixoto, 46 - Centro - Silva Jardim - RJ - CEP. 28.820-000
Telefax.: (22) 2668-1118 - CNPJ. Nº 28.741.098/0001-57
Home page <http://www.silvajardim.rj.gov.br> E-mail pmsj.licitacao@gmail.com

Prefeitura Municipal de Silva Jardim

Processo nº 210/2019

Rubrica _____ Fls.: _____

ANEXO V
PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 09/2019 –SEMEC/CT
TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____,
com sede na _____,
C.N.P.J nº _____ representada pelo (a) Sr.(a)
_____, cargo _____, portador do R.G. Nº
_____, para representá-la perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA
JARDIM na licitação por Pregão nº _____, podendo formular lances
verbais e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de
recursos em todas as fases licitatórias.

Nome
RG nº
Cargo
(Reconhecer Firma)



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Ref.: PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL nº 09/2019 – SEMEC/CT

na _____, com sede
na _____, inscrita no CNPJ nº _____,
vem, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.
(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da
Lei, que é _____ (MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que
não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no §4º do art. 3º da Lei
Complementar nº 123/06, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42
a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no
presente certame.

.....
Data

.....
Representante legal



ANEXO VII
PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 09/2019 – SEMEC/CT
DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal, o Sr(a). _____, portador do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().*

Silva Jardim, _____ de _____ de 2019.

(representante legal)

*(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Documento em conformidade com o decreto nº 4.358, de 5 de setembro de 2002.



ANEXO VIII PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 09/2019 – SEMEC/CT

MINUTA

Contrato n.º AAAA.DDMMXXX

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM** E A CONTRATADA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, NA FORMA ABAIXO E EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES:

Aos xx (xxxxxxx) dias do mês de xxxxxxxx do ano de dois mil e xxxxx, de um lado o **MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 28.741.098/0001-57, com sede na Praça Amaral Peixoto, nº 46, Centro, Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pela **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia** e de outro lado a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato, representado pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado a Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, tendo em vista o Procedimento Administrativo nº **210/19**, que deu origem ao **PREGÃO PRESENCIAL** nº 09/2019, ao qual o presente se vincula, fundamentado no **XXXXXXXXXX**, de 06 de julho de 2018 e Lei nº 1.728, de 17 de julho de 2017, respeitado o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como no, Decreto 1146 de 15 de maio de 2009, Decreto 1326 de 1 de julho de 2011, Decreto nº 1338 de 18 de agosto de 2011, Decreto nº 1571 de 12 de setembro de 2013, Decreto nº 1727 de 16 de março de 2015, Decreto nº 1807 de 28 de março de 2016, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, fica a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, autorizada a fornecer os gêneros alimentícios conforme descritos abaixo, devendo observar as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte rodoviário dos alunos universitários deste Município, monitorado por Sistema de Posicionamento Global (GPS), via satélite e/ou via GSM (Sistema Global para Comunicações Móveis) /GPRS (Serviço de Rádio de Pacote Geral), conforme abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, PARA AS SEGUINTE ROTAS:						
1	01 (um) ônibus rodoviário, com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, ar condicionado e banheiro, saindo às 05:00 horas da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em Niterói: Anhanguera, Universo, Maria Tereza, UNILASALLE e UFF, com chegada às 06:50 horas e retorno às 14:00 horas (De 2ª a 6ª), perfazendo um total de 220 km/dia.	KM	44.000			



2	01 (um) ônibus rodoviário, com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, ar condicionado e banheiro, saindo às 16:30 horas da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em São Gonçalo: Paraíso, Universo, Estácio e UERJ, com chegada às 18:30 horas e retorno às 00:00 horas (De 2ª a 6ª), perfazendo um total de 200 km/dia.	KM	40.000			
3	03 (três) ônibus rodoviários, com poltronas reclináveis, com capacidade para 48 (quarenta e oito) lugares, ar condicionado e banheiro, saindo às 16:00 horas da Praça Amaral Peixoto (SJ) com destino às Universidades em Niterói: Universo, Anhanguera, UNILASALLE, Estácio de Sá, UFF e Maria Tereza, com chegada às 18:00 horas e retorno às 00:00 horas (De 2ª a 6ª), perfazendo um total de 220 km/dia.	KM	132.000			
						TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL /FORMA DE EXECUÇÃO

I – Local/Forma de execução: De segunda à sexta-feira, conforme Anexos II e III do edital.

II – Em caso de necessidade de mudança de rota, devido a acidentes, obras no trânsito e desastres ambientais, será de responsabilidade da empresa quando for ultrapassado até 3 (três) quilômetros do roteiro acordado. Caso o limite de 3 (três) quilômetros seja ultrapassado será de responsabilidade desta municipalidade. Após informação da empresa que houve desvio de rota, a SEMEC/CT confirmará com o monitor e solicitará o mapa para comprovação.

III – Os cursistas utilizarão o mesmo ônibus dos universitários, adequando-se aos horários e trajetos dos mesmos, em havendo vaga.

IV – Toda frota de veículos deverá estar devidamente equipada com equipamentos eletrônicos que permitam rastreamento/monitoramento via GPS e/ou via GSM/GPRS, em tempo real.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

I – O recebimento do objeto caberá a SEMEC/CT, nos termos do art. 73, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

II – O recebimento definitivo do objeto será efetuado pela SEMEC/CT, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas.

III – O aceite/aprovação dos produtos e serviços pela SEMEC/CT não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade ou qualidade do(s) material(is) ou disparidades com as especificações estabelecidas.

IV – Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da SEMEC/CT, no prazo máximo de 06 (seis) horas, contadas da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 06 (seis) horas, contadas da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE – O MUNICÍPIO pagará à **CONTRATADA em contrapartida ao fornecimento, a importância global de **R\$ xxxxx (xxxxxxxxx)****

I – O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com quilômetros rodados, conforme Nota Fiscal,



devidamente atestada por 03 (três) funcionários da SEMEC/CT e SEMTRAN.

I.a – Os pagamentos serão autorizados pela CONTRATANTE com base nos relatórios do Sistema de Posicionamento Global (GPS). Este relatório deverá ser mensalmente anexado na Nota Fiscal e os quilômetros registrados/apontados devem estar em conformidade com os do Relatório do Sistema de GPS. Qualquer diferença entre os quilômetros apontados na Nota Fiscal e o registrado no relatório será pago o menor. A quilometragem registrada no GPS deverá ser idêntica aos quilômetros apontados nas planilhas apresentadas por esta Administração, qualquer quantidade menor ou maior deverá ser previamente autorizada pela CONTRATANTE.

II- A licitante contratada deverá apresentar a documentação para cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

III- O pagamento será efetuado pela PMSJ até o 30º (trigésimo) dia corrido, após entrega e respectiva Nota Fiscal, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta-corrente da contratada.

IV- Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PMSJ, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por um dia de atraso, a título de compensação financeira a serem calculados sobre a parcela devida.

V- O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Exmo. Sr. Prefeito, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao mesmo.

VI- Caso a PMSJ efetue o pagamento devido à CONTRATADA em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

VII- No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

VIII - No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Na forma do Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - Na forma do Edital e seus Anexos

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO – O presente instrumento terá o prazo de 12 (doze) meses, com início na data da sua assinatura, e o término previsto para xx (xxxxxx) de xxxxxx de 20xx, podendo ser prorrogado por conveniência das partes, em conformidade com o que dispõe o art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO – A rescisão, com base nos arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, será proposta com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

I – O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão a SEMEC/CT, através do XXXXXXXXXXXXXXXX, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, ao seu substituto.

II – Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissivo ou duvidoso não previsto no **processo administrativo nº 210/19 – SEMEC/CT** e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a PMSJ ou modificação da contratação.

III – As decisões que ultrapassem a competência do fiscal da SEMEC/CT deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA imediatamente à autoridade administrativa superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

IV – A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.



V – A existência e a atuação fiscalizadora em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto do contrato, às implicações próximas e remotas perante a PMSJ ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual em causa não implica em corresponsabilidade da PMSJ ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a PMSJ dos prejuízos apurados e imputados por falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES – No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste contrato, a PMSJ, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:

I – Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de execução do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

II – Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

III – As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a PMSJ rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

IV – As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93.

V – A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da PMSJ de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

VI – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – A despesa decorrente desta contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária Nº. **08.01.12.362.0010.2.023-3.3.90.39.00 – SEMEC/CT**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO – As partes elegem o Foro da Comarca de Silva Jardim para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições anteriores fixadas, as partes firmam o presente Contrato em 07 (sete) vias, de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratadas, e pelas testemunhas abaixo qualificadas, que tudo assistiram.

Prefeitura Municipal de Silva Jardim, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2019.

Kátia Peixoto P. M. de Oliveira
SEMEC/CT

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CONTRATADA

Testemunhas.:

1)

Nome por extenso:

CPF nº

2)

Nome por extenso:

CPF nº